

DOSSIÊ

Participação política e democracia

SILVANA KRAUSE*

Apresentação

A revista *Sociedade e Cultura*, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, apresenta nesta edição um dossiê sobre participação política e democracia. Muito se tem debatido, na ciência política, a respeito da crise e dos limites da democracia representativa e vários são os caminhos apontados sobre suas causas e conseqüências. Também são ressaltados no debate diversas matrizes teóricas que objetivam buscar alternativas para o dilema, que é vivenciado tanto nas democracias ocidentais consideradas maduras, quanto nas novas democracias instaladas no ritmo conhecido da “terceira onda”.

O artigo de Marcello Baquero e Maria Sallate Souza Amorim apresenta uma reflexão sobre a importância de uma cultura política democrática para a consolidação da nova democracia brasileira. Baseando-se em dados empíricos e partindo de uma concepção que demonstra os limites da “[...] simples institucionalização de regras e normas democráticas num contexto de agravamento social [...]”, os autores diagnosticam uma cultura política fragmentada, na qual permanecem predominantemente valores tradicionais da cultura política brasileira, que não fortalecem a legitimidade e a credibilidade da nova democracia no país. Marcelo e Maria Sallate oferecem como alternativa ao diagnóstico de uma cultura política fragmentada o conceito

de capital social que possa fomentar uma cultura política participativa, promotora de confiança recíproca e solidariedade social entre os cidadãos.

Analisar especificamente a participação e mobilização civil no estado do Rio Grande do Sul contra a liberação dos transgênicos no Brasil é o objetivo do artigo de Ronaldo Botelho. O autor fundamenta sua argumentação utilizando-se de aportes teóricos que apontam os limites da perspectiva minimalista de democracia, sem, contudo, deixar de considerar que a perspectiva participacionista também deve ser avaliada com um olhar crítico. Ronaldo percebe, em seu estudo de caso, a importância do terceiro setor para a mobilização da sociedade civil, quando afirma que “[...] o denominado terceiro setor ocupa um espaço estratégico no sentido de encurtar as distâncias existentes entre indivíduos excluídos do processo de tomada de decisões”. Importante também é sua percepção de que se desenvolvem, nesse tipo de ações participativas, novas perspectivas de organização e atuação política na sociedade brasileira.

Com o objetivo central de refletir sobre o processo de descentralização político-administrativa implementado especialmente a partir da constituição da “Nova República” brasileira, os autores Washington Luís de Sousa Bonfin, Marysol Alves de Oliveira e Irismar Nascimento da Silva debruçam-se em uma análise da capital do Piauí (Terezina), observando dois conselhos gestores municipais (assistência social e da criança e adolescente). A contribuição do artigo é demonstrar, com base em estudos de caso,

* Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

que a descentralização dos processos decisórios nem sempre incentiva e fortalece a participação política e o acesso aos recursos públicos de setores da sociedade mais excluídos. Os autores salientam uma série de fatores que explicam a manutenção de concentração de recursos públicos e serviços nas mãos de grupos mais organizados, propondo alternativas que possam alterar essa situação de fragilidade de participação da sociedade civil. Por último, temos o artigo de

Josadac Bezerra dos Santos, que tem como ponto central uma reflexão sobre o conceito de democracia agonística de Chantal Mouffe. O autor avalia a importância de incorporar na análise dos novos movimentos sociais uma perspectiva de definição de democracia que considere o pluralismo e o antagonismo como essenciais e que as instituições tenham novas respostas diante dos novos conflitos advindos de uma perspectiva plural radical.